

A BIOPOLÍTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL ENTRE O SÉCULO XX E XXI:

Relações entre Escola Nova, Arthur Ramos e os Tempos de Pandemia(COVID-19)
em Alagoas

Fernanda Lays da Silva Santos
(IFAL)

(fernanda.santos@ifal.edu.br)

Ana Paula Teodoro dos Santos
(UFAL)

(anapaula_uneal@hotmail.com)

Walter Matias Lima

(UFAL)

(waltermatias@gmail.com)

1 INTRODUÇÃO

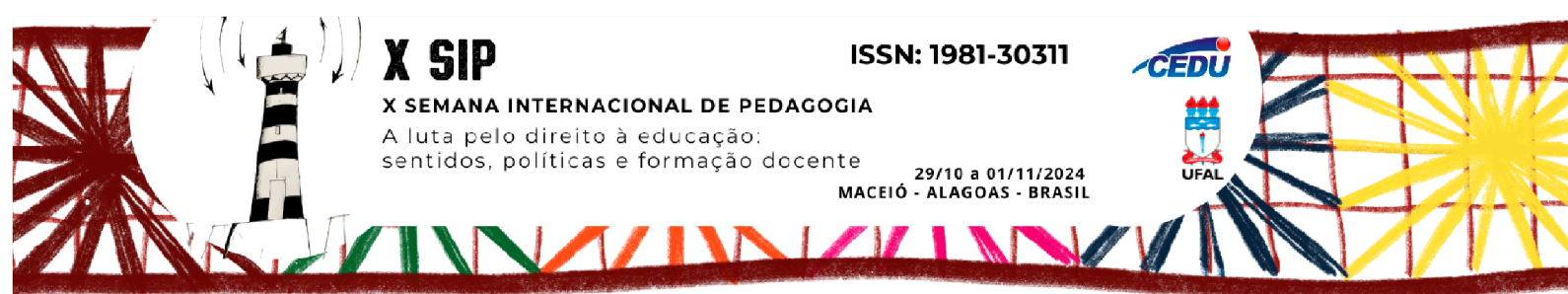
O presente trabalho foi fruto da tese¹ “intitulada biopolítica, medicalização e pandemia da Covid-19: saberes, discursos e poderes sobre as infâncias na educação brasileira nos séculos 20 e 21” que discutiu o trajeto histórico da biopolítica e governamentalidade da educação, no contexto brasileiro.

A investigação surgiu da hipótese de que a atuação do Estado e o saber médico estiveram articulados desde o período da Escola Nova com a proposta de educação higienista de Arthur Ramos² constituindo uma biopolítica, sendo esta reincorporada ou revestida em tempos de pandemia Covid-19 com a ação do Estado e o protocolo de biossegurança (saber e atuação médica), constituindo uma bio-necropolítica na educação infantil, da rede escolar pública de Maceió-AL.

O contexto em que surgiu essa hipótese adveio dos anseios sociais e políticos da modernidade, bem como da configuração da excepcionalidade da pandemia

¹ Tese defendida em 2023 em que a autora realizou uma análise histórica da educação brasileira, baseando-se em conceitos filosóficos de Michel Foucault, sobretudo, no que tange o início do século XX e XXI.

² Arthur Ramos, nascido em Pilar, Alagoas. Médico psiquiatra, antropólogo, psicólogo social esteve articulado ao movimento escolanovista, na década de 30.



Covid-19 em que ambas estavam atreladas às ações do Estado sobre a vida e educação da população.

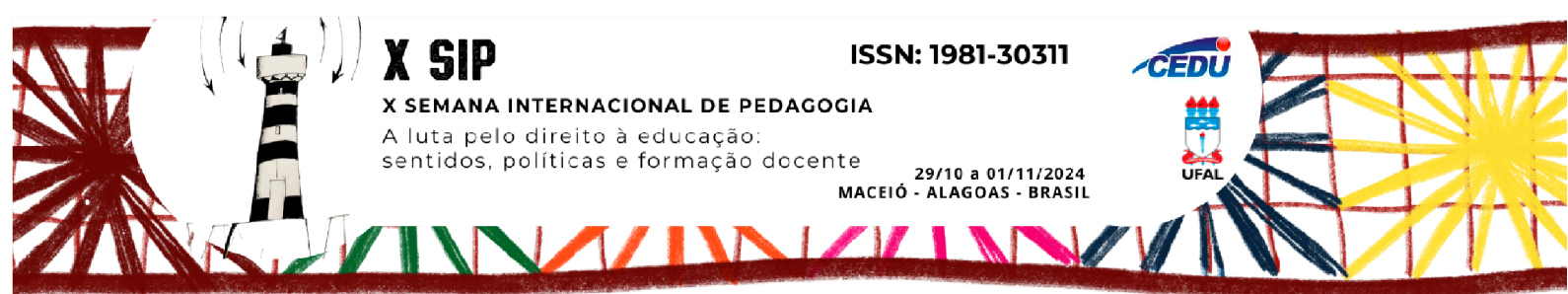
2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a proposta educacional como meio de produção de subjetividades, caracterizando uma governamentalidade infantil nos saberes e discursos analisados, no século XX e XXI. Como objetivos específicos: discutir a intervenção médica no âmbito educacional, como uma estratégia biopolítica, no que tange ao conceito e tratamento dado à infância, sobretudo, a atuação do médico alagoano Arthur Ramos na Escola Nova; Analisar os discursos por meio de mecanismos de controle que perpassam o poder e seus efeitos; investigar as práticas do biopoder na constituição de uma governamentalidade neoliberal da infância, sobretudo, em Alagoas, no século XX (nos anos 1930-1940) e o contexto pandêmico do século XXI (nos anos de 2020-2021).

3 METODOLOGIA

O objeto de pesquisa envolve as práticas educativas eugênicas e higienistas instituídas pelo Estado, no movimento da (bio)necropolítica. Assim, temos como problema: “De que modo a biopolítica se traduziu na educação escolar em tempos de pandemia Covid-19 e quais suas relações com o higienismo do século XX?”. A fim de responder o problema de pesquisa, adotamos como metodologia as pesquisas bibliográfica, documental e estudo de caso com abordagem qualitativa. Utilizaram-se fontes históricas tais como decretos educacionais (1925-1930), Revista de Ensino (1930), Jornal de Alagoas (1939), Craveiro Costa (1930, 1931), obras como *A criança problema e Saúde do espírito: higiene mental* de Arthur Ramos (1939). Tivemos como categoria de análise: biopolítica, relações de poder, medicalização e governamentalidade. No campo da historiografia, utiliza-se a perspectiva da Escola dos Anales, sobretudo, a Nova História Cultural.

Para o estudo de caso do contexto pandêmico, adotamos o método da análise do discurso de Michel Foucault para interpretar as falas dos(as) docentes, da



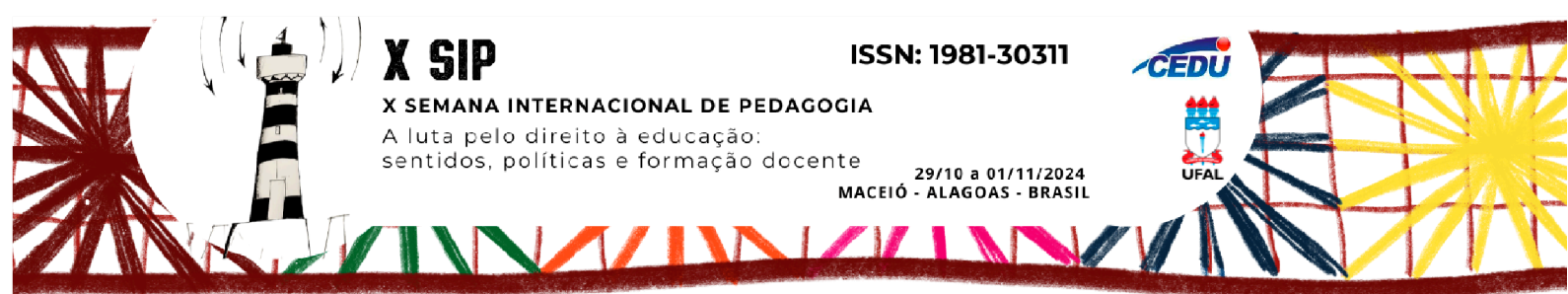
médica palestrante e do Protocolo de Retorno às Atividades Escolares Presenciais (PRAEP).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do século XX e do anseio por uma nação moderna, entre eles, nos discursos oficiais, tais como a proposta da Escola Nova circulante na Revista de Ensino (1939), decretos educacionais, dos anos 30 a 40, e obras sobre a infância, entre elas a Criança Problema e Saúde do Espírito, ambas de (1939) foi instaurada uma governamentalidade infantil com uma noção de poder que nega as infâncias, produzindo uma normatividade do ser criança, segundo Santos (2023). Arthur Ramos (1939) propôs uma educação higienista por meio também de manuais (Saúde do Espírito), intervenção médica, que visava o controle social que se reflete ainda nos dias de hoje.

No contexto atual e pandêmico, em 2020, se falava em retorno presencial às escolas, mesmo sem a comunidade escolar ter sido vacinada, pois a vacina, no Brasil chegou tardiamente, já se cogitava o retorno presencial às escolas. Tendo em vista, a preocupação das autoridades governamentais em garantir o retorno presencial a todo custo, embora com altos índices de óbitos devido a Covid-19 e sem a população está vacinada, foram feitos protocolos de biossegurança para trazer orientações à comunidade escolar de um possível retorno “seguro”. Para tal, foi elaborado o documento “Protocolo de Retorno às Atividades Escolares Presenciais - PRAEP”, pela a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), de Alagoas, como uma espécie de cartilha ou manual para ser adotada por professores, estudantes, comunidade escolar como um todo, pois: Nele contém **medidas de orientação** [...] Enquanto não for disponibilizada uma vacina ou não houver avanços significativos no tratamento da Covid-19, [...]na volta das aulas presenciais. (PRAEP, 2020, p.02, grifo nosso). Cartilhas elaboradas pela Secretaria de Saúde.

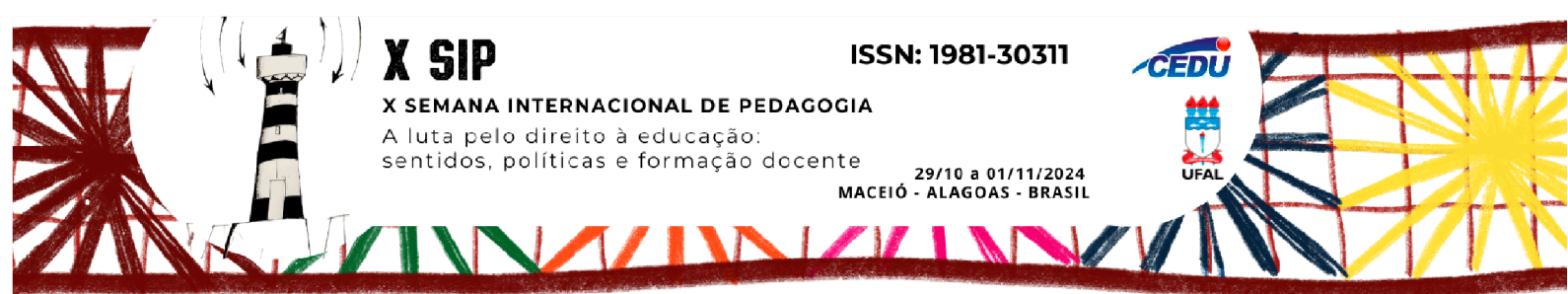
Segundo Esposito (2020), no pensamento foucaultiano, a biopolítica de uma lado é uma política que busca promover à “vida”, de outro está intimamente ligada com o poder soberano que precede a modernidade e traz a discussão de imunidade, advogando que toda a biopolítica é imunológica. Os indivíduos submetidos às



disciplinas são permanentemente examinados, ou seja, uma estratégia da política sobre o corpo humano que circunscreve a *biopolítica* – governo da vida que a modela. Além disso, podemos perceber a exposição à morte (*necropolítica*). As estimativas estatísticas e de medidas globais para estabelecer mecanismos reguladores da população que perpassam a medicina social, a higiene e medicalização da população e educação. As ações médicas tais como examinar, diagnosticar, bem como o discurso médico envolve produção de um saber-poder. Diante disso, podemos articular também com o saber médico da proposta de Ramos (1939), atuante na Escola Nova, com a espécie de manual “Saúde Mental:Higiene do Espírito (1939), e nos dias atuais com as cartilhas e formação continuada, na parceria Secretaria Municipal de Saúde com Secretaria de Educação (Semed). Assim, percebemos, novamente, a relação do saber médico atrelado à educação, não apenas para promover a vida, mas colaborando com um processo de controle social por meio da disciplinarização de corpos e mentes, instituída em uma bio-necropolítica.

Assim, concordamos com Moysés e Collares (2014) que a medicalização não é somente administrar medicamentos, mas nomear questões sociais em patológicas, ou seja, definindo o outro, o diferente como anormal ou “monstro”. Assim, a modernidade foi uma época de fabricação do outro sem alteridade, produzindo-o como diferença que precisava ser eliminada, e esse pensamento esteve imbricado no saber médico moderno, que subsidiou ações fascistas, nazistas, por exemplo.

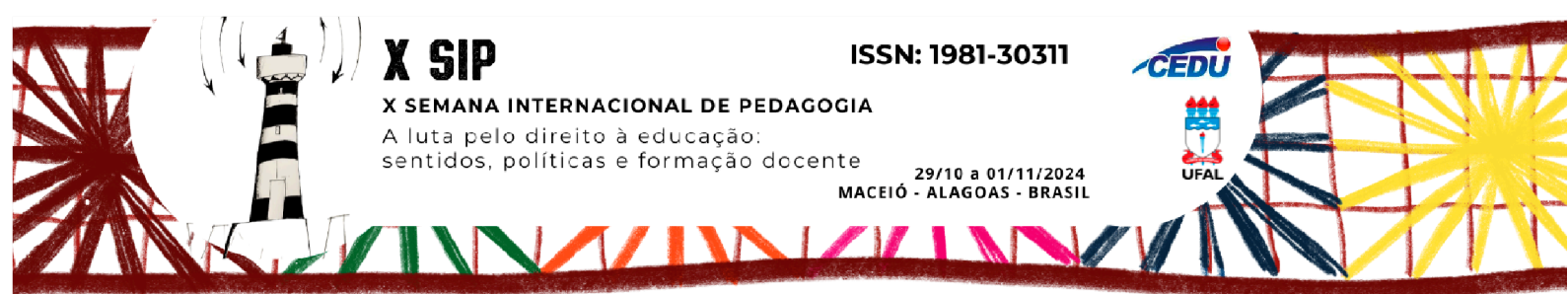
Partindo do princípio de alteridade que envolve “colocar-se ou constituir-se como outro”, segundo Abbagnano (2007, p.32) em que toda a norma se defina em relação ao outro, em uma perspectiva jurídica e ética. No entanto, o outro foi construído em uma perspectiva dualista “eu-outro” em que o Ser é e o Não-Ser não é, ao passo que o Ser existe, e, é real, o Não-Ser é o oposto (inexistência e o irreal). Assim, Dussel (1980) ressalta que, na ontologia clássica, a ausência do ser justifica a negação do outro, ou melhor, da diferença, tendo em vista que apenas o idêntico a si mesmo é reconhecido e existente. Por esse viés, o outro é negado como alteridade o qual a “[...] lógica da alienação da exterioridade e da coisificação da alteridade do outro” (DUSSEL, 1980, p. 48). Ainda mais, no *ethos* moderno, o outro é não-racional e não-produtor. Nesse sentido, há um poder hegemônico que constrói



o outro. E essa diferença, o outro, perturba e incomoda, adentrando em outras dualidades, tais como: amigo/inimigo, normal/desviante. Assim, coloca o sujeito em uma exterioridade e inferioridade existencial, estética, ontológica, epistemológica. E isso, pudemos perceber na fala da professora F (2020, n.p): “Na turma que eu fico, berçário e maternal 1, são crianças muito pequenas que não fazem uso de máscaras, nem de distanciamento, nem de uso individual de materiais”, em que o Estado buscou eliminar de todas as formas as infâncias pobre, negra, entre outras, tanto em um sentido existencial (literário) como ontológico, epistemológico e político em que a infância foi construída e moldada, em que não tinha vez, nem voz (*a infantia*). Desse modo, as crianças não foram ouvidas nem vacinadas (na época), mas obrigadas ao retorno presencial em um universo pandêmico no qual não podiam tocar, explorar, socializar e brincar. Nisso, percebemos o lugar atribuído à infância no protocolo de biossegurança bem como no relato de experiência das professoras que revelam como o Estado e suas políticas educacionais trataram a infância em contexto de pandemia. A infância é “o outro”, excluída, negada, inferiorizada e até eliminada, salvo, para anseios políticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado, discurso e suas práticas vem investindo ao longo da história da educação em uma formação mínima para o mercado de trabalho, desde a educação infantil, com a formação da criança ajustada e adaptada, pensando-se no futuro adulto (proposta de Ramos) com hábitos de pensar e comportamento “sãos” que seria o ser adaptado, docilizado, civilizado por meio do currículo da Escola Nova, constituindo a biopolítica, pois o saber médico do alagoano foi uma estratégia biopolítica que sobreveio à vida da criança e família em prol de uma nação moderna. Embora a Escola Nova tenha trazido contribuições no campo da educação no que se refere à crítica à educação tradicional que tinha o professor como centro do processo educativo, bem como desconsiderava as necessidades e interesses da criança. Por sua vez, a proposta escolanovista colocou a criança como centro do



processo educativo, considerando sua especificidade e cultura, no entanto, ainda estava imbricada por ideais neoliberais.

A bio-necropolítica esteve presente na educação escolar, nos tempos de Arthur Ramos por “matar” a possibilidade de formar a infância da camada popular para pensar, bem como “matou” a infância do presente, pois o maior foco era moldar o futuro adulto. No que tange ao psiquiatra alagoano, que atuava diretamente nas escolas, o mesmo ainda olhou um pouco para a criança no sentido de considerar as necessidades, interesses, bem como os círculos sociais da criança evitando uma rotulação (anormal), embora a necessidades da sociedade capitalista ganhou mais espaço.

No entanto, no protocolo de biossegurança e discurso médico destinados aos professores, propôs um discurso preventivo, porém não considerou os riscos às infâncias e suas realidades. A mesma nunca vivenciou o chão da escola (diferente de Ramos que, mesmo sem ser educador, observava e investigava à criança em seu contexto, incluindo, o escolar), simplesmente elaborou slides e disseminou o discurso médico distante da realidade da escola pública, impondo práticas impossíveis de serem exercidas. A medicina como estratégia biopolítica buscou intervir em corpos e mentes em prol de um controle social tanto no passado quanto no presente, embora, com suas aproximações e distanciamentos em diferentes tempos e discursos médicos. Assim, nos tempos de pandemia (Covid-19), o saber médico a serviço do Estado adentrou, novamente, no campo educativo, exercendo autoridade por meio do discurso e políticas, em uma relação de saber e poder em que “matou” o afeto, a democracia, o brincar, o amar que favorecem experiências aos infantes que contribuem no desenvolvimento da autoconsciência e consciência social - a morte das infâncias.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Ivone Benedetti. 5a edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALAGOAS. Decreto n.º 1.140, de 19 de setembro de 1925. Regula a Instrução Pública do estado de Alagoas. **Diário Oficial de Alagoas**, 14 jun. 1926.

ALAGOAS. Portaria/SEDUC n. 11.907/2020. **Diário Oficial do Estado de Alagoas:** 2020.

ALAGOAS. **Protocolo de Retorno às Atividades Escolares Presenciais - PRAEP.** 2020. Disponível em:

http://www.educacao.al.gov.br/images/Protocolo_de_retorno_%C3%A0s_Atividades_Escolares_Presenciais_-_PRAEP.pdf. Acesso em: 15 nov 2020.

DUSSEL, Enrique. **Para una ética de la liberación latinoamericana** – v. I-II. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973.

ESPOSITO, Roberto. Bíos: **Biopolítica e Filosofia**. Tradução M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, dezembro, 2016.

MOYSÉS, Maria A. A.; COLLARES, Cecília A. L. **Medicalização do comportamento e da aprendizagem:** a nova face do obscurantismo. In: VIÉGAS, Lygia de Souza et al. (Org.). **Medicalização da educação e da sociedade: ciência ou mito?** Salvador: EdUFBA, 2014.

RAMOS, Arthur. **A criança problema:** a higiene mental na escola primária (1939a). Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1954.

RAMOS, Arthur. **Saúde do espírito:** higiene mental (1939b). 7. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Nacional de Educação Sanitária, 1958.